



NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

BERNARDO CARÁ DE OLIVEIRA

Foz do Iguaçu
2024



NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

BERNARDO CARÁ DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e ao Centro Interdisciplinar de Integração e Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

Orientadora: Prof.Dra. Paula Daniela Fernandez

Foz do Iguaçu
2024

BERNARDO CARÁ DE OLIVEIRA

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e ao Centro Interdisciplinar de Integração e Relações Internacionais do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.Dra. Paula Daniela Fernandez
UNILA

Prof. Dra.....
UNILA

Prof. Dr.....
UNILA

Foz do Iguaçu, 31 de outubro de 2024.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os atores nacionais e internacionais que incidem nas reformas educacionais no Brasil a partir de 2017 a fim de analisar os impactos arquitetados a partir do currículo oculto no que tange ao fortalecimento da ideologia neoliberal. Os documentos analisados foram homologados em 2017, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” publicado pelo Banco Mundial (BM). Essa pesquisa é estimulada pelo contexto dos crescentes ataques à educação pública brasileira, que movem esforços para precarização da estrutura educacional, da carreira docente e promovendo alienação e segregação nos estudantes a partir do gerencialismo no ensino. Essas ações, se materializam nos currículos escolares, de maneira direta e oculta, e por isso, são trazidas diferentes visões sobre currículo, e suas diferentes construções e propósitos. Com isso, analisamos o contexto da implementação desses documentos, bem como as formas pelas quais se dá a valorização da ideologia neoliberal.

Palavras-chave: Educação; Currículo; Reforma Empresarial; Políticas Educacionais; Neoliberalismo.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo identificar los actores nacionales e internacionales que han influido en las reformas educativas en Brasil desde 2017 con el fin de analizar los impactos diseñados desde el currículo oculto en relación con el fortalecimiento de la ideología neoliberal. Los documentos analizados fueron aprobados en 2017, tanto la Base Curricular Nacional Común (BNCC) como "Un ajuste justo: análisis de la eficiencia y equidad del gasto público en Brasil" publicado por el Banco Mundial (BM). Esta investigación se ve estimulada por el contexto de los crecientes ataques a la educación pública brasileña, que impulsan los esfuerzos para precarizar la estructura educativa y la carrera docente y promueven la alienación y segregación en los estudiantes desde el gerencialismo en la enseñanza. Estas acciones se materializan en el currículo escolar, de manera directa y encubierta, y por lo tanto, se aportan diferentes miradas sobre el currículo y sus diferentes construcciones y propósitos. Así que, analizamos el contexto de la implementación de estos documentos, y como son las formas en que se valora la ideología neoliberal.

Palavras-clave: Educación; Currículo; Reforma Empresarial; Políticas Educativas; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present work aims to identify the national and international actors that have influenced educational reforms in Brazil since 2017 in order to analyze the impacts designed from the hidden curriculum regarding the strengthening of neoliberal ideology. The documents analyzed were approved in 2017, both the National Common Curricular Base (BNCC) and "A fair adjustment: analysis of the efficiency and equity of public spending in Brazil" published by the World Bank (WB). This research is stimulated by the context of the growing attacks on Brazilian public education, which drive efforts to make the educational structure and the teaching career more precarious and promote alienation and segregation in students because of the managerialism in education. These actions are materialized in school curricula, in a direct and hidden way, and therefore, different views on curriculum and its different constructions and purposes are brought. With this, we analyze the context of the implementation of these documents, as well as the ways in which the neoliberal ideology is valued.

Key Words: Education; Curriculum; Business Reform; Educational Policies; Neoliberalism.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.8
Analisando o Currículo.....	p.10
Neoliberalismo, Banco Mundial e Currículo.....	p.14
Considerações finais.....	p.20
Referências.....	p.22

INTRODUÇÃO

O presente artigo situa a discussão acerca do Currículo escolar dando a devida importância às diferentes interpretações, funções, organizações e possibilidades que tiveram ao longo da história. É preciso marcar temporalmente o recorte da pesquisa, que versa a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, mesmo ano do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado pelo Banco Mundial. O que, de lá pra cá, diz muito a respeito dos avanços neoliberais e conservadores no Brasil.

É a partir do currículo, que se exprimem interesses e projetos “para” a sociedade brasileira, ora com maior ênfase das políticas educacionais a fim de exaltar a formação cidadã, democrática, equitativa e com valores intrínsecos ao bem público como direito de todos. E ora, a apropriação das políticas públicas por parte dos agentes nacionais e internacionais com forte viés acerca das privatizações. Vale ressaltar que por mais que existam e se construam mudanças e reformas na educação, nas políticas e nos currículos, existe um vão muito grande de fertilidade sobre o que versa na prática e nos cotidianos em constantes choques com as normativas prescritivas. Não podemos perder de vista que os sujeitos estão em constante diálogo e troca, logo agindo e intervindo nos currículos.

Se faz de extrema importância iniciar o debate dizendo da relevância que a temática leva a respeito das múltiplas possibilidades de formações subjetivas individuais e coletivas e que são formadas na escola. Portanto iremos abordar diferentes concepções acerca do currículo tendo em vista a urgência desse entendimento em uma linha não cronológica e estanque, ou seja, um eterno processo de formação, um caminho em aberto de consciência e transformação de si, do outro e do mundo. Nesse sentido, o assunto não cabe apenas aos pedagogos, mas sim, a todas as licenciaturas, movimentos sociais e instâncias comprometidas com olhares críticos sobre si, a sociedade e a educação brasileira.

Nesta análise acerca do currículo, é preciso mapear quem são os “reformadores empresariais” da educação (Freitas, 2018) com objetivo de evidenciar as formas de precarizar o que é público a fim da apropriação do capital para privatização. O lucro é perseguido por tais agentes que organizam as economias e financiamentos para países periféricos com propósitos ocultos.

Busca se portanto alcançar os objetivos da pesquisa no que tange a evidenciar quem são os “reformadores empresariais” da educação e quais são os impactos causados a partir das reformas educacionais em específico, e o que está oculto nos currículos. Dessa maneira, a metodologia escolhida se deu a partir de uma vasta revisão bibliográfica de livros e artigos de intelectuais acerca do campo da educação, ciência política, geografia, pedagogia, e diversas áreas comprometidas em esmiuçar os interesses construídos na BNCC e pelo Banco Mundial para a sociedade brasileira. É importante estar atento ao que versa nesses documentos acerca dos interesses e intencionalidades como determinadas matérias, projetos, recomendações e metas estabelecidas de fora pra dentro. Ou seja, que vão sendo impostas pelos agentes nas reformas curriculares e nas políticas públicas, impactando a subjetividade da sociedade brasileira em formação, direcionada e em prol dos interesses do capital. Seja no que tange a alienação, seja na oferta e qualidade da mão de obra, seja na reflexão e entendimento de mundo e as intrínsecas desigualdades.

O trabalho, portanto, se encontra dividido em três eixos estruturantes, começando pela introdução do trabalho, onde versamos sobre a metodologia, os objetivos e o debate inicial sobre os principais assuntos a serem aprofundados no decorrer do artigo. Seguindo pelo debate acerca das teorias do currículo, a fim de expressar as principais ideias que se manifestaram na história, e como essa disputa ideológica chega nos dias de hoje. Ressaltamos a importância de se colocar nesse debate com intuito de que a reflexão coletiva possa contribuir em novas formas de enxergar, atuar e transformar a partir do currículo, os cotidianos e possibilidades de vida, crítica e resistente.

A terceira parte aprofunda nas reformas curriculares e no papel dos organismos internacionais e nacionais nas reformas curriculares e políticas públicas no cerne da educação brasileira. Ou seja, vemos necessidade em escancarar quem são esses atores, quais são os seus interesses, como se infiltram e estabelecem normas e projetos ocultos para os docentes e discentes e obviamente, quais são os impactos a partir dessas manifestações curriculares.

ANALISANDO O CURRÍCULO

Antes de nos aprofundarmos nas principais discussões e teorias curriculares, é importante destacar que foi bastante comum o currículo ser tratado como neutro, tática usual do jogo de poder no campo educacional. Por isso, todo cuidado é pouco quando agentes do capital tentam se colocar como idealizadores de currículos e políticas “neutras”, pois elas nitidamente carregam muitos interesses e ideologias.

O contexto de surgimento das teorias tradicionais do currículo é em 1918, nos Estados Unidos, a partir da massificação da escolarização e uma intensa industrialização, e com isso, cresce o desenvolvimento e testes de currículos. O que perdurou por décadas foram as ideias de gerência científica de Ralph W. Taylor, a partir da teoria de John Franklin Bobbit. O foco estava em racionalizar resultados para a fábrica e gerir a escola como empresa, a partir de quatro pontos: conteúdos e objetivos, experiências educacionais para alcançar esses propósitos, organização para eficiência e formas de medir os resultados. Tomaz Tadeu da Silva em seu livro “Documentos de Identidade” questiona as teorias tradicionais e reflete sobre a função social da escola e o lugar do currículo.

O que deve estar no centro do ensino: os saberes “objetivos” do conhecimento organizado ou as percepções e as experiências subjetivas das crianças e dos jovens? Em termos sociais, quais devem ser as finalidades da educação: ajustar as crianças e os jovens à sociedade tal como ela existe ou prepará-los para transformá-la; a preparação para a economia ou a preparação para a democracia? (SILVA, 2015, p.22).

Essa perspectiva curricular dominou a literatura norte-americana até os anos 80, e passou a influenciar outros países como o Brasil a partir de 1949 com a publicação do livro de Ralph W. Tyler.

Já as teorias críticas do currículo surgem em um contexto de grandes mobilizações sociais e culturais.

o movimento de independência das antigas colônias europeias, os protestos estudantis na França e em vários outros países; a constituição do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimento de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil (SILVA, 2015, p29).

Essas tensões políticas, culturais e ideológicas evidenciam as problemáticas que o capitalismo impõe nas suas periferias, perpetuando hierarquias coloniais, poder e controle dos corpos e cerceamento das liberdades. Com a polarização do mundo no auge da Guerra Fria, crescem as análises marxistas no âmbito da economia política. É nesse sentido que essa filosofia analisa a educação vigente e as formas reprodutoras do capitalismo e as superestruturas dominantes.

No contexto brasileiro, Paulo Freire que foi preso e exilado no período ditatorial, tece críticas a educação bancária e a pedagogia tecnicista. Ele considera que “na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão” (FREIRE, 2019, p.81). Ou seja, nesse sentido, o autor se coloca ao lado dos oprimidos na busca por uma educação que seja de fato libertadora para os sujeitos, ao contrário da pura instrumentalização mecanicista para o mercado de trabalho alheia à criticidade frente às origens e crescimento das desigualdades.

Dermeval Saviani que também é bastante firme no seu posicionamento crítico, atesta que “a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração” (SAVIANI, 2008, p.30); sendo então, um instrumento da hegemonia burguesa. O fundamento dessa organização social, pautada no modo de produção capitalista, escancara e tensiona interesses de classe que se opõe, e se materializam na disputa pela hegemonia. Na escola, são preservadas formas dominantes, que privilegiam poucos em detrimento da maioria, e com isso, pretende-se formatar a nítida distinção de qual posição cada corpo vai ocupar na sociedade contemporânea.

É possível articular a escola com os interesses dos dominados? (...) É possível uma teoria da educação que capte criticamente a escola como um instrumento capaz de contribuir para a superação do problema da marginalidade? (...) colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado (SAVIANI, 2008, p.31).

A luta pela superação das desigualdades, começa com os esforços de garantir uma educação pública e de qualidade para toda população, a fim de que o conhecimento apropriado e construído coletivamente, transforma, ressignifica e

possibilita outros projetos de vida, superando portanto o enclausuramento das massas populares em trabalhos subalternos. Isso começa com o direito à educação, e passa portanto pela formação e construção dos currículos, pela validade e centralidade dos conhecimentos, mas principalmente, pelas desigualdades que atravessam a maioria dos estudantes da rede pública brasileira. Com isso, o autor salienta que “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (SAVIANI, 2008, p.55)

Já nos Estados Unidos, Michael Apple, faz sua crítica neomarxista estabelecendo a relação estrutural entre economia, cultura e educação. Ou seja, para o autor, a dominação econômica se transforma em hegemonia cultural. No entanto, coloca que

“As escolas não são “apenas” instituições de reprodução, nas quais o conhecimento aberto e o coberto fariam dos alunos seres inexoravelmente passivos que estariam aptos e ansiosos para encontrar seu lugar em uma sociedade desigual” (APPLE, 2024, p.62).

Essa perspectiva falha porque enxerga os estudantes como passivos, imobilizados e externos, sem intervenções no currículo. Ainda que:

“enquanto aparato estatal, as escolas desempenham papéis importantes ao auxiliar a criação de condições necessárias para a acumulação de capital (elas triam, selecionam e certificam um corpo estudantil hierarquicamente organizado) e para a legitimação (elas nutrem uma ideologia meritocrática equívoca e, portanto, legitimam as formas ideológicas necessárias para a recriação da desigualdade” (APPLE, 2024, p.63).

Ou seja, a necessidade de acumulação de capital, e de legitimação, entram em conflito e contradição, por isso que a escola e o currículo estão sempre sendo disputados por forças hegemônicas e contra-hegemônicas.

Por mais que os interesses estejam postos, mesmo que de maneira oculta, sempre existe resistência, nem sempre por parte do Estado, mas principalmente por meio dos sujeitos que em seus cotidianos, tangenciam as imposições curriculares, e exigem e constroem novos olhares de possibilidades frente às imposições. Assim, a escola, também representa o lugar das possibilidades, de resistência, onde são construídas coletivamente novas formas de trabalhar, enxergar e entender o mundo,

se relacionar, estudar, aprender e combater as contradições e reprodução das desigualdades socioespaciais.

(...) é fundamental entendermos a relação intrínseca entre escola, espaço e sociedade, que não pode ser tomada a partir de uma lógica simplista, que reduz à escola ora a lugar de reprodução dos interesses da classe dominante, ora como lugar de redenção de toda a sociedade. É na relação contraditória e sempre aberta entre reprodução e crítica que a escola e os seus sujeitos precisam ser localizados. (GIROTTI, 2018, p.17)

É justamente nessa relação contraditória e de disputa que se encontra a escola e mais especificamente o currículo que esse artigo centraliza esse debate. Portanto, a escola, o currículo, os atores nacionais e internacionais, as ideologias e as reproduções e resistências são o foco para entender a imposição e confronto com as teorias do currículo e com as políticas educacionais brasileiras.

Na perspectiva das teorias pós-críticas, o debate avança para o entendimento de que as violências possuem vários condicionantes não exclusivos as classes sociais, mas também permeiam a formação de identidades sociais e culturais. São importantes os apontamentos das teorias críticas no que tange a dominação de classe e exploração econômica, mas é preciso pontuar que os processos de dominação se perpetuam para além do âmbito econômico. Nesse sentido, é importante ficarmos atentos que a dimensão do poder está em toda parte, e nessas teorias, se aprofundam os debates centrados na etnia, gênero e sexualidade.

Sendo assim, Shirley Malta afirma:

A teoria pós-colonial, juntamente com o feminismo e com o movimento negro, procurou incluir as formas culturais e experiências de grupos sociais discriminados pela identidade europeia dominante. Teve como objetivo estudar as relações de poder entre nações que compõem a herança econômica, política e cultural de seus países colonizadores e questionou as relações de poder e as formas de conhecimento pelas quais a posição europeia se mantém privilegiada. Existe uma preocupação com as formas culturais que estão no centro da sociedade de consumo que definem novas idéias de imperialismo cultural, mantendo sempre a hegemonia das culturas colonizadoras. (MALTA, 2013, p. 352).

Essa perspectiva defende um currículo multiculturalista, cujo foco está na luta política de disputa de elementos de dominação histórica das nações imperialistas que se fazem presentes ainda hoje. Os povos periféricos continuam distantes do gozo da liberdade no capitalismo globalizado, exigindo, portanto, reparação histórica por tantas pessoas, histórias e culturas que foram apagadas e silenciadas.

As metodologias e epistemologias feministas nos colocam um ponto de vista acerca da decolonialidade:

O pensamento decolonial traz uma nova compreensão acerca das relações globais e locais, uma que essencialmente entende, como propõe Enrique Dussel, que a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo são uma trilogia inseparável (CURRIEL, 2020, p.126).

A partir de tais perspectivas que no Brasil se questiona o projeto colonial de nação, que é pautado no encobrimento dos povos não brancos. É neste pilar cujo currículo é materializado, perpetuando a epistemologia europeia, masculina, branca e dominante.

NEOLIBERALISMO, BANCO MUNDIAL E CURRÍCULO

É importante evidenciarmos em nossa análise como o organismo multilateral Banco Mundial (BM) se aproveita das narrativas envolvendo os problemas sociais nos países periféricos, para incorporarem suas agendas neoliberais nos Estados. Dois pontos se fazem cruciais no debate, primeiro é o discurso de que o Estado não sabe organizar a sua economia, e os serviços essenciais não prestam, portanto, deve-se investir menos, e deixar que as empresas privadas cuidem do que é público. Assim, a relação gasto-eficiência será melhor gerida. E nesta mesma linha de argumentação, as corporações alinham as políticas com os governos municipais, estaduais e federal, para “resolver” os problemas sociais.

Ou seja, planejar e pautar políticas para gerar desenvolvimento no país, tendo em vista que os mesmos não sabem. E para tal, vão mercantilizar a educação pública sob o pressuposto do capital humano, formando trabalhadores aptos a aumentar a produtividade e lucratividade do setor econômico, dominado pela parceria público-privada. Com isso, fica nítida a atuação ideológica por trás dessas

instituições direcionando as políticas nos países periféricos em prol da manutenção e fortalecimento do sistema capitalista.

É a partir dos desdobramentos oriundos do final da Segunda Guerra Mundial que delegados de nações aliadas se encontram na conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas a fim de pensar soluções. Foi nesse encontro em 1944 chamado de “Bretton Woods”, que criaram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), base inicial para o Banco Mundial.

O objetivo inicial era desenvolver planos de estabilização nos países afetados, para assim, promover crescimento econômico por meio de empréstimos a serem pagos a longo prazo com juros baixos. A polarização das potências centrais EUA e URSS que emergiram com o final das guerras e dividiram o mundo em dois blocos, capitalista e socialista, alterou a geopolítica mundial. E assim, cada lado tenta expandir e consolidar a sua ideologia pelo globo.

Como forma de fortalecer o bloco capitalista, representado pelos EUA, o banco começa então a elaborar movimentos de resistência à propagação de ideologia comunista, representada pela URSS, por meio de estratégias que não envolvessem reforço militar, mas sim com base em processos de intervenção política, econômica e social (ZANOTTO; HIPPLER, 2023, p.5).

Com isso, as políticas do Banco Mundial mudam de foco, e passam a visar o combate aos Estados centralizadores das diretrizes econômicas e sociais, através de reformas, com receio do comunismo, e assim até as ideias de bem estar social são preteridas em detrimento dos pressupostos liberais. E com isso, o Banco Mundial vai concentrar esforços nas políticas de cunho neoliberal nos países latinoamericanos. E com isso, visam as cooperações e imposições nas legislações internas sob o discurso de crescimento e estabilidade econômica para manter o desenvolvimento da hegemonia dominante.

Isso ocorre, de forma não explícita, ou seja, é preciso aceitar as imposições das reformas no âmbito social, para obter crescimento econômico e desenvolvimento social, mas, o foco de tais políticas internacionais, é de fato controlar a força e o viés dos Estados nas afinidades ideológicas.

Por meio dessa agenda de reformas, iniciou-se um novo processo de operações financeiras e empréstimos de altos valores monetários para os

países periféricos, com condições que obrigavam os beneficiados a cumprirem determinadas metas e acordos, estabelecidos previamente. (...) Ou seja, o propósito de tais condições, baseado prioritariamente nessa nova política de empréstimo, era direcionar os países subdesenvolvidos sob o espectro dos interesses do mercado internacional, condicionando-os à aceitação da globalização e das diretrizes econômicas neoliberais, que já permeavam os países industrializados. (ZANOTTO; HIPPLER, 2023, p.7).

No Brasil, durante a ditadura militar de 1964-1985, o Ministério da Educação (MEC) se alinhou à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através da contratação de assessores que direcionaram as reformas em todos os níveis da educação pública. Dentre tantos efeitos, nos atentamos a exclusão das disciplinas como Filosofia, Sociologia, e a fusão de História e Geografia em Estudos Sociais (ZANOTTO; HIPPLER, 2023, p.8 *apud* MARTINS, 2014). Ou seja, fica nítido que as reformas desde esse período até hoje, visam eliminar o senso crítico dos estudantes em troca de mais tecnologia, plataformas, alienação, ou seja o gerencialismo é o que impera para esses organismos que buscam a formatação de uma mão de obra acrítica.

A imposição velada da ideologia neoliberal chega ao seu ápice de crescimento e dominação nos países latinoamericanos na década de 90, sob o discurso da globalização como solução para os países excluídos do sistema-mundo. A “proposta” de integração global se deu a partir da comercialização de produtos com baixo valor agregado, principalmente no setor agro exportador de matérias primas.

Valores como individualismo, competitividade e meritocracia são influenciados por pensadores liberais que vão dando a cara da globalização que privilegia poucos em detrimento da maior parte da população. Essa racionalidade neoliberal é expressa na Base Nacional Comum Curricular a partir da organização do currículo a partir de habilidades e competências, o que visa formatar indivíduos aptos para tal aplicação no cotidiano. Nesse sentido, as orientações da BNCC remetem às ideias tradicionais do currículo a fim de supervalorizar os conteúdos de maneira prática e aplicáveis. Ou seja, a Base está a “[...] afirmar valores estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa [...]” (BRASIL, 2018, p. 8). E com isso Shirley Malta (2013) indaga para que ensinar? A quem ensinar? O que ensinar? Como ensinar?

Tais perguntas são vitais para evidenciar que o currículo não é um programa, mas uma série de influências, ideologias, forças e valores perante o professor, o aluno, o espaço e os processos educacionais e sociais de formação. E por isso, não se pode falar em neutralidade do currículo e nem tampouco olhar com inocência, tendo em vista que se encontram envolvidas questões de poder em todos os níveis dentro e fora da escola.

O pragmatismo individualizante da Base acaba por construir anseios meritocráticos nos sujeitos, o que na verdade, contribui muitas vezes para a conformação com as desigualdades e exclusões estruturais. São valores como autonomia, responsabilidade, determinação, mas principalmente expressa em flexibilidade e resiliência de maneira oculta nas disciplinas como por exemplo no itinerário formativo de empreendedorismo. Fica nítida a contradição desse projeto de sociedade pautada no capital, que vende e constrói com os estudantes essa lógica como se fosse fácil empreender.

Até os entregadores, cuja lógica de trabalho é extremamente precária e informal, são empresários nos slides que os professores da rede estadual de São Paulo são obrigados a trabalhar em sala de aula. A perversidade reina quando a alienação é construída de maneira sutil e oculta, tendo em vista as discussões nos materiais didáticos virtuais. A direção dos materiais não conduz o debate para as perdas dos direitos sociais, flexibilização e aumento das jornadas de trabalho, desemprego crescente e concentração de renda. Temas urgentes de reflexão e ação relacionados ao mundo do trabalho. Será que é saudável esse ser o caminho de construção subjetiva dos jovens oriundos de escola pública? A resiliência perante as novas formas flexíveis do mundo do trabalho, cada qual, empresário de si mesmo é perversa e é a cara do neoliberalismo.

Os processos pelos quais a economia capitalista e suas grandes empresas transformam os usos do território tendem a acelerar a produção e circulação de mercadorias. Com isso, são criados e explorados novos mercados, desejos, identidades, e sentidos para a vida, cada vez mais ancorada na “auto regulação” do sistema capitalista e nos usos empresariais do espaço.

Tais formas de entender a sociedade, o Estado, as relações, o trabalho, a educação, vão sendo arquitetadas de acordo com os interesses de quem comanda tais processos. Portanto, para atender a rentabilidade do sistema que é organizado por e para empresas, o estado deve ser desacreditado de todas as suas funções. E

com isso, os agentes do capital, impõem suas normas que condicionam além dos valores e sentidos, mas também os ritmos da vida. Nesse caminho perverso, amplia-se o desemprego e os subempregos a partir da flexibilização das relações de trabalho, o Estado é enfraquecido a partir das desregulamentações financeiras e trabalhistas e, portanto, aberto para os objetivos do capital transnacional, onde empresas estrangeiras se apropriam das riquezas naturais, mão de obra e estruturas nacionais em busca de maior lucratividade e falência do bem público. Tudo se “justifica” a fim de que a receita neoliberal seja cegamente seguida em troca de novos empréstimos que mantêm essa roda (dívida pública) girando até que ela se torne cada vez mais exorbitante dos países dependentes das economias centrais.

O Banco Mundial lança para o Brasil em 2017 o documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” e é de maneira bem perversa que o consta são:

Entre as questões elencadas, estão a má distribuição dos gastos na educação; a obrigatoriedade no direcionamento de determinada porcentagem do valor de receitas para a educação; a grande quantidade de professores para os poucos alunos da escola pública; a baixa qualidade das formações de professores; seus elevados salários e benefícios, bem como o baixo desempenho dos alunos e o alto índice de reprovação. (ZANOTTO; HIPPLER, 2023, p.17 *apud* BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

De maneira sublime, o BM ataca o Estado brasileira e a educação pública de uma forma que demonstra total desconhecimento da realidade acerca das condições de trabalho docente-discente e da maneira como vivem a maioria dos brasileiros imersos em contextos de desigualdade de etnia, gênero, classe, opção sexual e localização geográfica. O olhar gerencialista é voltado para a questão da eficiência, o que ignora tantos sentidos da escola e do currículo enquanto espaços de encontros que potencializam angústias e possibilitam novos olhares críticos e transformadores perante a sociedade.

A intrínseca relação entre melhora dos resultados nas avaliações externas como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) para conseguir mais investimentos pelo Banco Mundial, condiciona, o currículo, a valorização de algumas matérias em detrimento de outras e também o papel dos docentes. Sendo assim, o sentido da educação é voltada para as tradicionais pedagogias dos

conteúdos, alienando o diálogo docente-discente das possibilidades de construções e rupturas a partir da formação crítica e coletiva. As próprias aulas passam a ser controladas e monitoradas, pois como o foco está na melhora dos resultados, apenas isto importa, lecionar/formatar estudantes para tirarem bons resultados nessas avaliações externas. Com isso, todo o trabalho e planejamento docente, bem como liberdade de cátedra, vão sendo menosprezados por conta dos princípios gerencialistas. E nessa estratégia, fica mais fácil responsabilizar o corpo docente dos “fracassos”, em vez da falta de políticas públicas e investimentos.

O deslocamento da linguagem da educação para uma linguagem da aprendizagem não é, evidentemente, fruto de uma simples escolha de palavras. Ele é, sobretudo, um deslocamento político, em que um projeto coletivo (educação) vai sendo fragmentado e paulatinamente transformado em um projeto individual (aprendizagem mensurável nas avaliações). (CÁSSIO, 2018, p. 33).

O que acontece nessa lógica, é a individualização da construção do conhecimento, a ótica é a mensuração dos indivíduos e das instituições, sendo tratados como meros números e dados estatísticos de interesse transnacional. O que é muito falho, pois não consegue enxergar os contextos por trás da realidade das escolas e dos sujeitos.

Por isso, não faz sentido querer equipar os resultados em avaliações padronizadas em larga escala com países em outros níveis de desenvolvimento. Se de fato o BM quisesse melhorar as desigualdades brasileiras e latinas, seria preciso investimento massivo na educação pública, e não enxugar o Estado com foco nas privatizações e “plataformizações” e do ensino. Ou seja, o caminho deveria ser o combate incessante das múltiplas desigualdades que atravessam os estudantes de escola pública no Brasil. Também investindo em melhorias como da carreira docente, das estruturas escolares, na relação de alunos por sala, e na valorização de currículos cujos quais permita que as pessoas se enxerguem neles. É na valorização do diálogo e da coletividade que novas epistemologias são produzidas a fim de romper com o cânone burguês e elitista, ouvir as vozes historicamente silenciadas para repensar o sentido da academia, do conhecimento, da escola, das relações, do trabalho, do currículo e da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho espera ter contribuído para as reflexões acerca do aprofundamento da ideologia neoliberal nas políticas públicas brasileiras, com ênfase no currículo escolar a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas imposições a partir do Banco Mundial (BM). É importante destacar a relevância da escola enquanto lugar de potentes encontros, cujas quais extrapolam os limites de possibilidades, tanto no âmbito individual, como grupal. Ou seja, a construção de subjetividades e identidades formadas na escola, extrapolam quaisquer limites no que tange ao futuro. É preciso refletir nos cotidianos, os acontecimentos do passado que influenciam os presente e os futuros, para que, a partir de coletividades engajadas criticamente, se construa uma vida mais digna, equitativa e democrática para todas as sociedades.

São a partir dos currículos que muitas imposições hegemônicas são materializadas, e portanto, impregnadas nas crianças, jovens e adultos, modos de vida dominante, pautado na ordem capitalista, com valores e ritmos intrínsecos. Para refletir sobre outras formas de vida, cuja harmonia com a natureza deveria ser mais justa, e o convívio nas relações sociais mais respeitadas, é preciso ouvir e produzir, com a escola, outros presentes e futuros.

Basta das mentiras neoliberais para os países pobres. Essa cartilha de precarizar o público e vender o privado como solução já foi desmascarada e sabemos que só se agravam os problemas por aqui, no sul global, e jorra lucro por alí, no norte global. A perversidade precisa ser combatida, e os interesses do Estado Brasileiro e de sua população não podem ficar nas mãos dos interesses corporativos de grandes empresas e instituições nacionais e internacionais. Essas que buscam estratégias e fórmulas para ampliação dos lucros através da fluidez do capital, novos e mais acelerados ritmos e fluxos, formatação de mão de obra acrítica e ferramentas que aprisionam os docentes, discentes, trabalhadores e marginalizados. Os direitos sociais vão sendo aniquilados, e o que impera é o direito do capital, que expropria terras e sangue humano nas periferias do sistema para o gozo do centro do capitalismo.

O professorado está preso a BNCC que orienta e normatiza condutas e valores em prol dos interesses do capital, formatando subjetividades e valores

neoliberais. A Base, é justificada a partir das avaliações em larga escala, que norteiam o sentido da educação. E com isso, a escola fica no limbo entre reprodução das desigualdades e produção de insurgências, a todo momento pendendo para ambos os lados, e o currículo, portanto, em uma disputa de forças e interesses. O que amarra essa estrutura, como vimos, são os agentes do capital, financiando e formatando a hegemonia dominante de diversas formas a partir das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Educação e poder / Michael W. Apple ; tradução de Levindo Pereira. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2024.

BANCO MUNDIAL. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Volume I: síntese. Grupo Banco Mundial, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CÁSSIO, Fernando. Existe vida fora da BNCC? In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI, Roberto Jr., org. Educação é a Base? 24 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, p. 13-39, 2018

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Hollanda, H. B. (Org.) Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p. 120-139, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido/Paulo Freire. - 67. ed. - Rio de Janeiro/São Paulo:Paz e Terra, 2019.

FREITAS, L.C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. HORIZONTES (EDUSF), v.36, p.16-30, 2018.

MALTA, Shyrley. UMA ABORDAGEM SOBRE CURRÍCULO E TEORIAS AFINS VISANDO A COMPREENSÃO E À MUDANÇA. Espaço do Currículo, v. 6, n. 2, p.340-354, maio a agosto de 2013

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal / Milton Santos. - 24 ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política/Dermeval Saviani - 40. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo / Tomaz Tadeu da Silva. - 3. ed.; 6. reim. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ZANOTTO, M.; HIPPLER, K. E. O Banco Mundial e a educação pública brasileira: desdobramentos na política para a educação básica - ensino fundamental. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 23, p. 1-26, 2003. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8669017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8669017>. Acesso em: 03 out. 2024.